

**SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
SECRETARIA DO TRIBUNAL**

**PORTARIA Nº 524, DE 15 DE OUTUBRO DE 1998.**

**O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**, em exercício, em cumprimento ao disposto no art. 3º do Ato nº 394/MP, de 07 de outubro de 1998,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Os procedimentos a serem adotados para a escolha dos servidores que farão jus à Medalha do Mérito do Servidor Judiciário instituída pelo Ato nº 394/MP, de 07 de outubro de 1998, ficam regulamentados nos termos desta Portaria.

Art. 2º - Para a escolha do(s) servidor(es) que se destacar(em) na(s) respectiva(s) Unidade(s) de Lotação deverão ser observados os seguintes critérios:

I prestação e dedicação na execução dos trabalhos;

II criatividade na proposição de idéias necessárias à solução de problemas ou à melhoria dos serviços da Unidade de Lotação;

III habilidade em manter relacionamento harmônico com os colegas e de influenciar positivamente o ambiente de trabalho.

Parágrafo único Para os efeitos desta Portaria entende-se como Unidade de Lotação aquelas enumeradas no art. 5º do Ato nº 394/98.

Art. 3º - Somente poderão ser votados os servidores ocupantes de cargo efetivo do Quadro do Superior Tribunal de Justiça, salvo:

I os que exerçam Função Comissionada, código FC-08 ou superior;

II os que estejam cedidos para outro Órgão.

Art. 4º - Sem prejuízo da observância do que dispõe o parágrafo único do artigo 9º desta Portaria na hipótese de empate no âmbito da Unidade de Lotação a escolha recairá naquele que na ordem a seguir indicada contar maior tempo de serviço:

I na Unidade de Lotação;

II no Superior Tribunal de Justiça;

III no Poder Judiciário;

Parágrafo único Persistindo o empate, será realizada nova votação concorrendo apenas os servidores empatados.

Art. 5º - O integrante do Quadro de Pessoal do Tribunal, em exercício, inclusive o não ocupante de cargo efetivo, deverá indicar somente um servidor dentre os lotados no âmbito de sua Unidade de Lotação.

Parágrafo único A indicação será realizado por meio de preenchimento do Formulário de Votação, (Anexo II), onde constará o nome do servidor de sua escolha.

Art. 6º - A escolha do(s) servidor(es) no âmbito de sua(s) Unidade(s) de Lotação a serem agraciados será realizada até o quarto dia útil que anteceder à data comemorativa do Dia do Servidor Público.

Art. 7º - Cada Unidade de Lotação receberá uma Folha de Controle de Votação (Anexo I), juntamente com os Formulários de Votação (Anexo II) e Relatório de Resultado Parcial de Votação (Anexo III).

Art. 8º - A condução do processo de escolha ficará a cargo do titular de cada Unidade de Lotação ou por funcionário por ele designado, que se encarregará da entrega do Formulário de votação a cada servidor e do seu recolhimento mediante assinatura na Folha de controle.

Parágrafo único Encerrado o recolhimento dos Formulários de votação, o titular de cada Unidade de Lotação deverá adotar as seguintes providências:

- a) registrar na Folha de Controle de Votação as observações que se fizerem necessárias no campo específico, Anexo I, apondo a respectiva assinatura;
- b) preencher o Relatório Parcial de Votação, Anexo III, com os nomes de todos os servidores votados em ordem decrescente de número de votos;
- c) encaminhar à Subsecretaria de Desenvolvimento de Recursos Humanos os documentos referidos nas alíneas "a" e "b", observado o prazo estabelecido no art. 6º desta Portaria.

Art. 9º - Sem prejuízo do disposto no parágrafo único deste artigo, serão considerados escolhidos como servidores de destaque no STJ aquele que obtiverem na sua Unidade de Lotação, o maior número de votos apurados.

Parágrafo único Nas Unidades constantes do art. 5º incisos X a XVI do Ato nº 394/98 fica vedada a agraciação de mais de um servidor da mesma Subsecretaria ou Gabinete de Secretaria.

Art. 10 Compete a Subsecretaria de Desenvolvimento de Recursos humanos a apuração final dos resultados da votação e providenciar sua divulgação no Boletim de Serviço, após a homologação.

Art. 11 O resultado final da votação apresentado pela Subsecretaria de Desenvolvimento de Recursos Humanos será homologado pelo Diretor-Geral, que encaminhará ao Ministro-Presidente a lista dos servidores a serem agraciados.

Art. 12 Os casos omissos serão resolvidos pelo Diretor-Geral e, as dúvidas decorrentes da aplicação desta Portaria, esclarecidas pela Secretaria de Recursos Humanos.

Art. 13 Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE.

ENI ALVES VILA-NOVA